

## AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail [recursoscontinuos@dirbi.ufu.br](mailto:recursoscontinuos@dirbi.ufu.br).

JOSÉ CÉLIO DA SILVEIRA

REESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO E  
INFORMATIZAÇÃO DO SETOR  
BANCÁRIO.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
UBERLÂNDIA INSTITUTO DE HISTÓRIA

2004

2479  
S.9(c)  
2.45.



**JOSÉ CÉLIO DA SILVEIRA**

**REESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO E  
INFORMATIZAÇÃO DO SETOR  
BANCÁRIO.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
UBERLANDIA INSTITUTO DE HISTORIA  
2004**

BANCA EXAMINADORA

Uberlândia, 02 de julho de 2004

---

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Ramos de Almeida  
(Orientadora)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Heloisa Helena Pacheco Cardoso

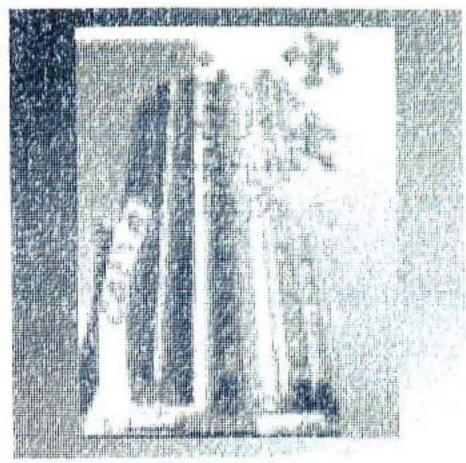
---

Prof<sup>a</sup>. Mestrando Jânio de Souza Alcantara.

Á minha companheira, pelo  
carinho, estímulo e "empurrões".  
Á minha mãe e minhas filhas por  
tudo que representam para mim.

Especial agradecimento a Professora Dra. Maria de Fátima Ramos de Almeida, pelo carinho, atenção e a imprescindível orientação na execução deste trabalho. À Professora Dra. Heloísa Helena Pacheco Cardoso, primeiros passos na pesquisa e ao Sr. João Batista, Secretário Coordenação do Curso de História, pela amizade e paciência.

## INTRODUÇÃO



A década de 1990 teve como um de seus marcos mais significativos no cenário social, econômico e político a consolidação do neoliberalismo em escala planetária. Presenciamos pois em todas as esferas do tecido social as marcas desse imperativo político e econômico, o qual tem como alicerce a reestruturação produtiva, novas configurações no mundo do trabalho e desemprego estrutural, dentre outros aspectos. Tais mudanças incidem sobre o setor produtivo e sobre o setor de serviços. Nossa investigação terá como foco de análise o setor de serviços bancários vinculados ao setor público a partir das seguintes problematizações: que relações as mudanças nas relações de trabalho decorrentes das inovações gestoriais e tecnológicas no âmbito da Caixa Econômica Federal guardam com as mudanças operadas pelo capitalismo contemporâneo? Por que o processo de modernização (informatização) do setor bancário ao invés de facilitar os processos de trabalho – como a diminuição da carga horária trabalhada - provocou uma sobrecarga nas tarefas diárias? Por que as relações de trabalho atuais provocam uma simbiose entre o espaço doméstico e o espaço de trabalho? <sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> No interior da Caixa Econômica Federal é comum – e de forma cada vez mais intensa -o trabalhador levar serviços para casa, bem como participar de cursos de formação no seu “tempo livre” como os cursos oferecidos pela intranet (Universidade Corporativa Caixa) que são feitos no espaço doméstico.





referenciais básicos os autores Ricardo Antunes, Viviane Forrester, Robert Kurz visando apreender diferentes concepções de Emprego, Desemprego, Reestruturação Produtiva.

Para analisar o impacto das transformações no setor financeiro, decorrentes da informatização, da robotização e precarização nas relações de trabalho e da terceirização, escolhemos como estudo de caso a Caixa Econômica Federal, agência Uberlândia, situada na Praça Osvaldo Cruz, 390, centro de Uberlândia/MG. Esta escolha não foi aleatória, ela decorreu de uma série de motivos, dentre os quais a facilidade de acesso a mim consentida enquanto empregado da empresa. Justamente por estar neste meio, vivenciando as transformações organizacionais e tecnológicas do setor bancário, que senti a necessidade de refletir sobre os impactos das mudanças que se estabeleceram no âmbito da Caixa, com maior intensidade no período de 1989 a 1999.

Além da própria experiência, o diálogo com colegas de trabalho, que apesar de não responderem todas as minhas interrogações, trouxe à tona elementos importantes para avaliar as alterações na rotina de trabalho do economiário - denominação dos funcionários que, ao longo de quase 150 anos, ajudaram a construir a Caixa -, e suas modificações ao longo desta década.<sup>2</sup> Ao situá-la em seu contexto específico, a pesquisa se propõe a servir de subsídio para o exame dessa atividade na atualidade.

Em Uberlândia/MG, em 1980, havia 20 bancos num total de 26 agências; em 1990: 33 bancos e 61 agências e, no ano 2.000, a cidade já contava com 36 bancos, num total de 92 agências bancárias. O mesmo não acontece com o número de funcionários empregados no setor. Ao contrário, observa-se uma queda significativa. Em 1980, a rede bancária contava com

---

<sup>2</sup> A origem do termo economiário não é fácil de localizar. Nos dois principais dicionários brasileiros, Aurélio e Houaiss são breves a definir "econiomiário", limitando-se a expressões como "pertencente ou relativo à Caixa", e "funcionário da Caixa". Os servidores imaginam que a palavra surgiu da fusão de Econômica com funcionário. A história do surgimento da palavra foi registrada no nº 19 do Jornal da Caixa, Brasília, 1976, ano 2, p. 2.

aproximadamente 4.500 funcionários, já em 1990, esse número baixou para 3.200, e no ano de 2000, caiu para 2.000 funcionários<sup>3</sup>, diminuindo o quadro em cerca de 56%.

Através dos números acima, nota-se uma relevante diminuição no quadro de funcionários. Por isso, para compreender o desaparecimento de muitas funções e o surgimento de umas poucas, levando, conseqüentemente, ao desemprego e à precarização nas relações do trabalho, nos parece de fundamental importância atentar para a reestruturação organizacional do setor bancário. Essas metamorfoses levam à discussão de como reagem e pensam os trabalhadores submetidos à lógica capitalista.

Por outro lado, em virtude também do neoliberalismo, os bancos públicos tiveram dificuldades em se adaptar à nova realidade, e na década de 90 do século XX houve uma grande liquidação de bancos estaduais. Alguns sendo apenas desativados, outros saneados e vendidos posteriormente. A Caixa Econômica Federal conseguiu realizar as mudanças necessárias e saiu de certa forma até fortalecida, sendo sua função como banco social, responsável pela execução de políticas públicas nos setores de habitação e saneamento, considerada imprescindível.

A reflexão sobre as repercussões da automação bancária, relativas às atividades dos caixas e atendentes, que vêm sofrendo alterações significativas na rotina de trabalho, possibilitou alguns questionamentos: como foram os primeiros contatos desses trabalhadores com as novas tecnologias? que relações estabeleceram com seus novos instrumentos de trabalho? quais mudanças o computador provocaram na organização do trabalho? quais as reações dos trabalhadores frente à nova forma de organização e ao novo conteúdo do trabalho. Procurei estabelecer uma conexão entre o trabalhador ainda vinculado ao setor bancário e os que foram despedidos, apontando os reflexos sociais da automação.

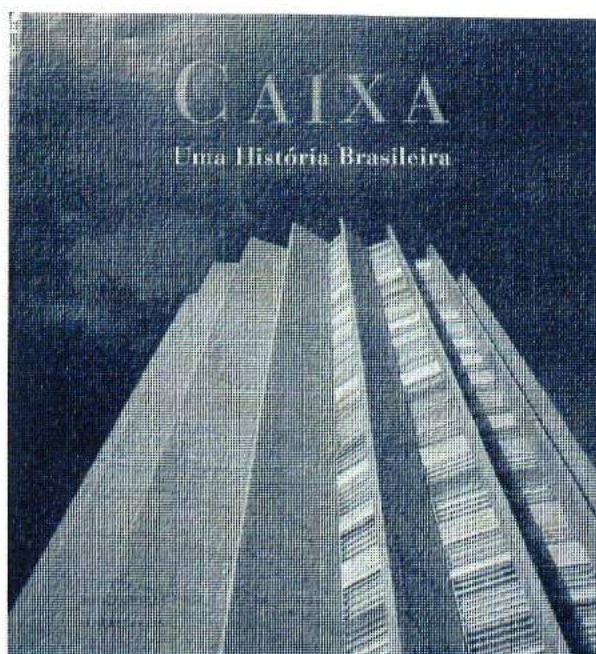
---

<sup>3</sup> Dados fornecidos pelo presidente do Sindicato dos trabalhadores no Setor Bancário de Uberlândia – Edivaldo Dias Cunha.



A partir das entrevistas, revelou-se a expectativa e esperança nutrida pelos empregados, bem como, seus medos e angústias quanto ao desemprego. Procurou-se também atentar para as ações combativas, institucionalizadas via sindicatos ou não, e para suas posições sobre a nova organização e estrutura do trabalho imposto.

Além das fontes orais debrucei-me sobre a bibliografia específica sobre o banco, com o intuito de traçar um histórico e avaliar a participação dos funcionários na construção do que é hoje conhecido como o “Banco dos pobres”.



As principais obras sobre a história da Caixa Econômica Federal foram escritas por economistas. As fontes primárias mais importantes, no entanto, são as leis e decretos que definiram a personalidade jurídica da instituição. Foram compilados e comentados pelo advogado De Plácido e Silva em *As Caixas Econômicas Federais*.<sup>4</sup> Outro texto fundamental é o *Resumo Histórico da Caixa Econômica e Monte de Socorro*, de Ariovisto de Almeida Rego, economista que entrou na Caixa ainda no século XIX e reuniu, por conta própria,

---

<sup>4</sup> SILVA, De Plácido. *As Caixas Econômicas Federais*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1937.

uma série de dados sobre os primeiros 50 anos da instituição, publicando-os por iniciativa do então presidente da Caixa no Rio de Janeiro, Inglês de Souza.<sup>5</sup>

Dois outros estudos realizados por economiários são indispensáveis para reconstituir a história da empresa, são eles: *Caixa Econômica: comentários*<sup>6</sup>, que analisa detalhadamente todos os regulamentos promulgados até 1915, e *Caixas Econômicas: economia e história*,<sup>7</sup> no qual o autor compila a história das Caixas nas principais nações do mundo.

Dentre as histórias da Caixa, a exceção, justamente por não ter sido escrita por um funcionário da empresa, é o estudo *História de uma Instituição brasileira: a Caixa Econômica Federal*, do historiador Nildo Wilson Luzio. Embora não tenha publicado em livro, trechos do estudo de Luzio estão disponíveis na internet, no site da Caixa.<sup>8</sup>

As revistas, jornais e publicações internas da Caixa também configuram fontes importantes, repletas de curiosidades e dados históricos. Foram consultados vários números da Revista da Federação Nacional dos Economiários – FENAE AGORA e Banco de Dados da Caixa Econômica.<sup>9</sup>

Com base nestas fontes bibliográficas específicas e, principalmente, na pesquisa realizada junto aos funcionários da Caixa<sup>10</sup>, e também através de um estudo sobre as

<sup>5</sup> REGO, Ariovisto de Almeida. *Resumo histórico da Caixa Econômica e Monte de Socorro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

<sup>6</sup> MARTINS, Paulo. *Caixa Econômica: comentários*. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & Cia, 1926.

<sup>7</sup> OLIVEIRA, João Gualberto de. *Caixas Econômicas: economia e história*. São Paulo: Memória, 1954.

<sup>8</sup> LUZIO, Nildo Wilson. *História de uma instituição brasileira: a Caixa Econômica Federal*. Acessar: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br).

<sup>9</sup> Foram consultadas as Revistas *Fenae Agora* – Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal, dos anos de 2000-2004.

<sup>10</sup> Sobre o uso da história oral na pesquisa histórica, ver: PORTELLI, Alessandro. “A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais.” In: *Tempo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, vol. I, nº2, Dezembro, 1996, p. 59-72; --- “Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética e história oral.” In: *Projeto História*, nº 15, São Paulo: Educ, abr. 1997, p. 13-33; THOMPSON, Alistair. “Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. In: *Projeto História*, nº 15. São Paulo: Educ, abr. 1997, p. 51-84; THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998; AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996; ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.



transformações sociais ligadas ao mundo do trabalho<sup>11</sup>, foi possível montar um quadro de referência empírica, no qual se registrou muitos dos aspectos da economia globalizada.

Foram realizadas 04 entrevistas com economiários, sendo, 01 gerente de mercado, 01 técnico em fomento (habitação), 01 operador de computador aposentado, 01 atendente, 01 entrevista com 01 bancária temporária e 01 entrevista com uma correntista. Através destes depoimentos tentou-se buscar da memória que irrompe do passado, da experiência vivida, lembrada e atualizada, alguns dados sobre o impacto das mudanças na vida profissional e pessoal do bancário e da própria clientela do banco.

## **REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA SOB DIFERENTES PERSPECTIVAS: ALGUNS APONTAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS**

Na medida em que avançamos no exame da atividade dos economiários, tornou-se inevitável uma aproximação entre os conceitos de economia globalizada e mercado de trabalho, pois neles foi possível encontrar subsídios teóricos essenciais para analisar a realidade do universo bancário. Nessa perspectiva, os estudos de Ricardo Antunes, Viviane Forrester e Robert Kurz, apontaram caminhos para pensar a reestruturação do trabalho na atual conjuntura.

---

<sup>11</sup> Neste estudo foram utilizados como bases teóricas as obras de Ricardo Antunes, Viviane Forrester e Robert Kurz: ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999; \_\_\_\_\_. *Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. - 5 ed. - São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1998; \_\_\_\_\_. *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*. - 3ª ed. - São Paulo: Boitempo, 1997; FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. Trad.: Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997; KURZ, Robert. *Os últimos combates*. - 4ª ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1997; \_\_\_\_\_. KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Tradução: Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Porém, muitas são as obras que tratam da reestruturação do trabalho, às quais não me reporto, mas, que foram também lidas e indiretamente contribuíram para o trabalho: TAVARES, Maria da Conceição. *Destruição não criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada*. Rio de Janeiro: Record, 1999; SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998; SALAMA, Pierre. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. Trad.: Emir Sader. São Paulo: Boitempo, 1999.

Da obra de Ricardo Antunes apreendeu-se que as mudanças possíveis no sistema capitalista jamais irão solucionar de uma só vez o problema do proletariado, porque o capitalismo se amplia incessantemente visando a lucratividade e manter um exército de mão de obra de reserva; o que vai ao encontro à lei de oferta e procura. Ou seja, quanto mais pessoas estiverem à procura de emprego menos valor terá a mão de obra.

Segundo o autor, entramos na era da informatização e simultaneamente na era da informalização, e quanto mais avançamos na informatização, mais homens e mulheres estarão caminhando para o inevitável mundo do desemprego estrutural. Na ótica de Antunes, são três décadas de financeirização da economia, sendo que a flexibilização decorrente deste processo tem levado à precarização do trabalho. A solução que aponta para o problema não parece fácil, e talvez valha o risco dizer que seu acontecimento parece pouco provável, pois dependeria do fim do capitalismo e do início do socialismo.<sup>12</sup>

Quanto às contribuições de Viviane Forrester para este trabalho, situo sua análise crítica ao sistema capitalista, à ação do Estado e das autoridades públicas que se utilizam da distribuição de crédito para as empresas, com intuito de gerar empregos, mas que, ao contrário do que se espera, estes empresários tendem a investir em tecnologia, suprimindo ainda mais os postos de empregos.

A autora propõe a revolução do pensamento, a recuperação da capacidade crítica dos indivíduos para que eles saiam do entorpecimento geral, que abre espaço para todas as manobras do poder do mercado. De acordo com sua análise, o decantado fenômeno da globalização não passa da maior estratégia de marketing da história da civilização ocidental, e caberia aos cidadãos comuns, que vivem do trabalho, não aceitar um mundo feito de úteis e

---

<sup>12</sup> “Que caminho vamos adotar: negociar dentro da ordem ou contra a ordem? Elaborar um programa de emergência para gerir a crise do capital sob sua ótica ou vamos avançar na elaboração de um programa econômico alternativo, formulado sob a ótica dos trabalhadores, capaz de responder às reivindicações imediatas do mundo do trabalho, mas tendo como horizonte uma organização societária fundada nos valores socialistas e efetivamente emancipadores?” Ver: ANTUNES, Ricardo. “A crise e o sindicato.” In: *Teoria e Debate*, São Paulo, nº 20, fev/mar/abr, 1993.



inúteis, já que o progresso da ciência, da tecnologia, da agricultura e da indústria compõe o patrimônio de toda a humanidade, devendo toda a humanidade deles se servir.

Ainda refletindo sobre o mundo do trabalho e as conseqüências da reestruturação produtiva, contamos com a leitura e análise da obra de Robert Kurz, “O colapso da modernização”. Para o autor a derrocada do capitalismo e conseqüentemente a crise no mundo do trabalho, sentida de uma forma mais aguda nos países em desenvolvimento, ocorre justamente porque o que esses países tinham de mais interessante para oferecer como atrativo de investimento e naturalmente criar empregos era o contingente da força de trabalho em abundância e barata. Atualmente o custo da mão de obra já não representa tanto quanto representava no valor final do produto.

O que marca a próxima fase é que regiões inteiras estão ‘caíndo fora’, morrendo em seu papel de regiões industriais porque suas indústrias foram derrotadas na concorrência dos mercados mundiais e já não podem levantar o capital monetário para continuar na corrida da produtividade.<sup>13</sup>

Este trabalho é composto de 02 capítulos. No primeiro, intitulado “Economiários: trajetória de uma identidade profissional” são apresentados os principais momentos constitutivos da história da Caixa Econômica Federal e o papel do funcionário na constituição da empresa. Afinal, quem são os economiários? Seria esta uma categoria em extinção, ou apenas em transformação? Apresento uma análise do perfil do bancário, exigido a partir da automação.

---

<sup>13</sup> KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Tradução: Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 211.

No segundo capítulo “Automação: uma estratégia de competição bancária”, analisamos a inserção da automação no trabalho bancário e suas conseqüências no ambiente e fazer do economiário.

No conjunto formado por estes capítulos tentei analisar, sem a pretensão de esgotar o assunto, como se articulam os principais elementos que compõe a reestruturação do trabalho no setor bancário. Certamente alguns desses elementos devem ter escapado ao meu olhar, seja porque são demasiadamente grandes ou complexos, ou porque são muito sutis e específicos. No entanto, apesar de suas lacunas, esta pesquisa pode representar uma contribuição ao estudo desta temática.



# CAPÍTULO I

## ECONOMIÁRIOS – TRAJETÓRIA DE UMA CATEGORIA PROFISSIONAL

### I Histórico da empresa



A caixas econômicas começaram a surgir mais efetivamente a partir da França, no século XV. Porém, os historiadores divergem sobre qual teria sido a primeira caixa a seguir padrões semelhante ao das atuais, cujos aspectos jurídicos e administrativos de fato eram similares aos das futuras caixas econômicas.

No século XVI as caixas romperam as fronteiras da Europa e chegaram à América. Os Estados Unidos foi o pioneiro no continente, seguido pela Argentina. No Brasil as economias, até a criação de bancos e da Caixa, o que se conseguia economizar era colocado dentro de uma meia. De tal costume, surgiram o verbo “amealhar” e a expressão “fazer um pé de meia”, ambos ainda em uso.<sup>14</sup>

A história das caixas começou a ser escrita no Brasil em 1831, com a fundação da primeira caixa de cunho particular e sediada no Rio de Janeiro, a instituição sobreviveu por mais de vinte anos e foi à falência, lesando inúmeros depositantes. Ainda no período anterior à década de 1860, outras caixas particulares foram criadas, mas fracassaram. Mais um passo foi dado em 1849, quando o Decreto nº 575 instituiu regras básicas para o funcionamento de

estabelecimentos de poupança. Nos anos seguintes, ainda por mãos de empreendedores privados, surgiram as caixas em Minas Gerais, Bahia, Santa Catarina e São Paulo.<sup>15</sup>

Foi em 1861 que, de acordo com o fundador D. Pedro II, a caixa nascia para ser “o banco dos pobres”<sup>16</sup>, surgia então a Caixa Econômica e Monte Socorro da Corte, concedendo ao governo imperial, o virtual monopólio sobre esse tipo de instituição. Sua função primordial era incentivar o hábito de poupança em um povo tido como imprevidente. Sendo ou não negligentes com seus parcos salários, o fato é que os brasileiros transformaram a Caixa Econômica em um longo caso de sucesso, o que se percebe através do número de poupadores. Só para se ter uma idéia da adesão à poupança, em 2001, ao completar 140 anos, a instituição contava com 13,6 milhões de poupança, atualmente, um em cada dez brasileiros, poupa.<sup>17</sup>

As arcas nas quais teriam sido guardados os primeiros depósitos feitos na Caixa Econômica da Corte fazem parte da história da instituição e estão hoje no Museu da Caixa, na cidade do Rio de Janeiro.

A história da poupança no Brasil deu uma guinada radical em 1964, quando por meio de lei, foi instituída a correção monetária para os depósitos feitos nas cadernetas. Dessa forma, além da remuneração anual de 6% (0,5% ao mês) – o mesmo índice praticado desde a fundação da Caixa, mais de cem anos antes -, os valores depositados nas cadernetas

<sup>14</sup> BUENO, Eduardo. *Caixa: uma história brasileira*. Porto Alegre: Buenas Idéias, São Paulo: Metalivros, 2002, p. 183.

<sup>15</sup> OLIVEIRA, João Gualberto de. *Caixas Econômicas: economia e história*. São Paulo: Memória, 1954, p. 27.

<sup>16</sup> No ano em que a Caixa Econômica da Corte abriu suas portas, o imperador estava com 36 anos e comandava os destinos do Brasil havia 20 anos. Esta Caixa se tornaria posteriormente a Caixa Econômica Federal. BUENO, Eduardo. Op. cit., p. 184.

<sup>17</sup> A palavra poupança é de origem latina, surgiu da junção do poupar com o sufixo ança. De acordo com Eduardo Bueno, poupar provém de palpo, cujo significado mais imediato é “tocar levemente com a mão”. O conceito de gastar moderadamente está associado desde pelo menos 1815 com a palavra poupança. Na Agência da Caixa Econômica nacional, um ano depois da fundação, 592 clientes já haviam depositado quase 50 contos na arca que fazia as vezes de cofre da Caixa. No ano seguinte, os clientes ultrapassaram o primeiro milhar. Idem, p. 35.



passaram a ser mensalmente atualizados pela correção monetária, conforme percentual definido pelo Banco Central.

A partir de então, embora a Caixa desenvolvesse uma série de modalidades de depósitos para pessoas físicas e jurídicas, de rendimento mensal ou trimestral, muitas vezes vinculadas à aquisição da casa própria, o fato é que a base para a remuneração e atualização dos montantes continuou sendo a mesma. O sistema de correção perdurou até 1994, ano em que foi instituído o Real.

Desde o tempo em que as antigas caixas guardavam o dinheiro dos poupadores e cofrinhos eram distribuídos entre os correntistas incentivando a poupança, muitas coisas mudaram no que tange aos serviços e atendimento bancários:



Antigos cofres utilizados pela Caixa Econômica Federal

As transformações mais radicais da Caixa se iniciaram com a posse de Sérgio Cutolo na presidência da instituição (1995-1999). A modernização foi tão marcante que pode ser comparada com as mudanças ocorridas no início da Era Vargas, quando a Caixa rompeu com mais de um século de marasmo. Sessenta anos depois da gestão reformadora de Solano

Carneiro da Cunha, Cutolo desempenharia papel semelhante ao do homem escolhido por Vargas, para remodelar a Caixa a partir de 1930.

Sérgio Cutolo desenvolveu o Programa de Racionalização e Competitividade. Um dos principais pontos da reestruturação previa a extinção das 31 superintendências regionais da Caixa instaladas pelo país e a criação, em seu lugar, de apenas seis coordenadorias. Em tese, uma medida saneadora. Posteriormente as superintendências foram substituídas por 84 escritórios de negócios. A economia de pessoal foi enorme, já que cada superintendência empregava de 1.500 a 2 mil funcionários, enquanto os escritórios nasceram para abrigar apenas 12.

Fora as reformas estruturais, como o enxugamento de pessoal, a instituição renovou-se mais uma vez em 1997, mudando de roupagem para ganhar oficialmente ares de modernidade. Em lugar da sigla CEF, a empresa assumiu a palavra Caixa, forma pela qual sempre fora chamada, tanto por seus dirigentes, quanto por seus milhões de clientes.

As cores laranja e azul receberam destaque, e o novo logotipo passou a ser um simples, mas simbólico “X”. “A Caixa mudou de ritmo e mudou a letra”, anunciava o slogan publicitário do período. O “X” significava o X da multiplicação, do dinheiro que cresce na poupança, e o X das opções dos apostadores da Loteria Esportiva e das loterias de números, como a Loto, a Sena e a Mega Sena.





Mas, se pelo ângulo da instituição essa remodelação significou uma inserção da Caixa na era da modernidade, por outro, alguns empregados como o Sr. Vander do Amaral, operador de computador aposentado da Caixa Econômica, acredita que esta mudança não teria sido apenas uma questão estética. Muito mais do que tornar o visual “*clean*”, “*cool*”, a alteração do *slogan* teria, de certa forma, esvaziado de sentido o nome da instituição e ameaçado o seu caráter público:

(...) o forte da Caixa é o federal, porque quando você fala federal, enche o peito para falar. Tiraram o federal e puseram Caixa. Isso já era indício de privatização iminente. Sem dúvida ia privatizar. Graças a Deus não aconteceu. Eu falei que era certeza que ia privatizar quando colocaram o logotipo Caixa. Porque o Federal era o forte, que atrai o cliente; que o pessoal tem confiança. De repente tiraram o federal. Não é que tiraram a Caixa, ainda é Caixa Econômica Federal, tirou no logotipo, tirou, a força quebrou.<sup>18</sup>

A campanha de lançamento da nova marca foi acompanhada de um esforço em mostrar que realmente não se tratava apenas de uma mudança visual e estética. Mas, ao contrário do que o Sr Vander do Amaral coloca, “a força quebrou”, a campanha almejava mostrar que trazia no seu bojo uma relação de força, a nova logomarca era o símbolo de uma nova mentalidade ajustada aos tempos do Real, lançado havia três anos.

Foram gastos algo entre R\$3 a R\$5 milhões na alteração visual das 1.807 agências Caixas em operação naquele momento, não só as fachadas, mas também as placas de sinalização e todos os outros locais internos em que aparecia o antigo logotipo.

---

<sup>18</sup> Vander do Amaral Fontoura, operador de computador da Caixa Econômica Federal, em depoimento concedido ao autor em 02/06/2004.

A internet, uma ferramenta ainda de uso restrito naquele instante, recebeu especial atenção da Caixa durante a reformulação. O novo site da Caixa teria de ser facilmente utilizado por qualquer pessoa ligada à internet e oferecer serviços e produtos da Caixa como uma agência virtual, medida que os maiores bancos do Brasil e do Mundo já sabiam ser essencial aos novos tempos. O que é confirmado pelo depoimento do Gerente de Mercado da Caixa, Sérgio Henrique, na qual ele explicita a corrida da Caixa em busca da modernização:

(...) até meados de 1992 tudo era feito através da máquina de escrever, depois foram chegando os computadores nas agências. Os escritórios de negócios receberam os computadores um pouco antes, mas os cursos foram sendo oferecidos, primeiramente de maneira mais intensiva, as pessoas iam para as salas de treinamento (salas de aula) e recebiam os cursos em Word, windows, excel e também instruções técnicas (software, hardware), lembrando que milhares de empregados receberam instruções também em transmissão de dados, tanto que estes empregados têm conhecimento acima do mercado nesta questão de informatização. O mercado financeiro implementou as mudanças antes da CEF, demoramos algum tempo para efetuarmos a nossa modernização, o que explica a defasagem que havia entre a Caixa e outros bancos, mas hoje em dias já equiparamos e em alguns itens já somos líderes de mercado.<sup>19</sup>

Apesar da ampliação do uso de computadores e internet, ainda há muitas pessoas no país que nunca tiveram a chance de usar um teclado ou um *mouse*; pessoas que inclusive não têm acesso a um domicílio bancário, trata-se dos “sem conta”.

Atendendo a uma solicitação do governo, a Caixa instituiu uma conta desburocratizada e de fácil movimentação “Conta Aqui”, o limite máximo de movimentação

---

<sup>19</sup> Entrevista realizada com o Sr Sérgio Henrique Cançado de Andrade, Gerente de Mercado da Caixa Econômica, no dia 07/04/04.



é de R\$1.000,00. O objetivo desta conta é possibilitar aos “sem conta” a sua inserção no mercado financeiro.

## 1.2 Os economiários

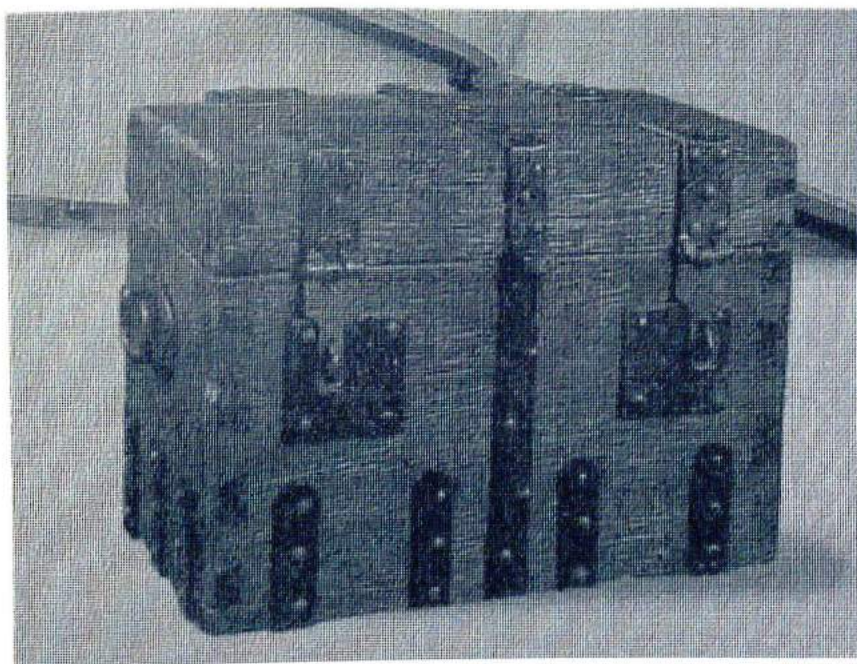


Através da experiência dos economiários, é possível demarcar os avanços e retrocessos, as lutas salariais e questões trabalhistas, os privilégios e desvantagens, as conquistas e perseguições, enfim, todas as complexidades que marcam o exercício de um cargo público e constituem uma trama de intensa movimentação que desnuda, aos olhos do observador, não apenas a trajetória de um grupo de trabalhadores, mas ajuda a compreender os caminhos percorridos pelo funcionalismo público brasileiro.

Mas, mais do que fazer o elogio de uma luta classista – que, ao fim e ao cabo, pode ser lida como um esforço em prol de interesses particulares eventualmente em oposição ao bem comum -, este estudo quer revelar que, todas as vezes nas quais os economiários se ergueram em defesa de seus direitos, eles no fundo estavam também defendendo a instituição em que atuam.

A trajetória dos economiários inicia-se em 1861, com a fundação da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte, pois, embora a presidência da instituição fosse ocupada por um “voluntário”, cuja recompensa era a gratidão do Imperador, os cargos e

salários dos funcionários foram estabelecidos já pelo decreto original. Ao todo, eram 11 os empregados originais da Caixa: um gerente (com rendimentos de cinco contos de réis anuais), um tesoureiro (quatro contos e 4000 mil-réis), um chefe de escrituração (quatro contos), um perito (quatro contos), um ajudante (um conto e 800 mil-réis), dois fiéis (um conto e 800 mil-réis e um conto e 600 mil-réis), um primeiro escriturário (um conto e 600 mil-réis), um segundo escriturário (um conto e 200 mil-réis), um porteiro (um conto e 600 mil-réis) e um contínuo (um conto e 200 mil réis). Tais salários eram baixos: o contínuo, por exemplo, percebia cem mil-réis mensais, quando um bom almoço não saía por menos de dois mil réis.<sup>20</sup>



Para trabalhar na Caixa era necessário apresentar certidão de maioridade (18 anos) e atestado de “pessoa de reconhecido conceito”, abonando o comportamento do candidato. O candidato deveria exibir provas de possuir boa letra, redigir corretamente o português e ter conhecimentos de escrituração mercantil e de aritmética.

Uma vez contratado, o funcionário assinava entrada e saída diariamente num livro de ponto e estava sujeito a perder a totalidade dos vencimentos se saísse antes do final do

<sup>20</sup> BUENO, Eduardo. Op. cit., p. 284.



expediente sem a permissão do chefe ou faltasse ao trabalho sem causa justificada. Atualmente usa-se o SIPON - Sistema de Ponto Eletrônico, no qual o empregado ativa o computador, acessa o sistema e registra a hora de entrada. Automaticamente o sistema já informa o horário de saída do empregado. Por exemplo, se a carga horária do empregado for 6 horas e ele registrar a entrada às 10 horas, o sistema informará que às 16 horas deverá ser registrada a sua saída, mesmo que permaneça trabalhando.

O advento da República nada mudou na vida dos funcionários da Caixa. Tão instável era sua situação – eles sequer eram considerados servidores públicos – que nem mesmo a aposentadoria fora regulamentada. Foi preciso o Ministro da Fazenda, na época - Rui Barbosa -, assinar, em novembro de 1890, o Decreto nº 961 para que a Caixa pudesse “*dispensar de comparecer à repartição os empregados que aí contarem 30 ou mais anos de bons serviços, bem como aqueles que se invalidarem*”.<sup>21</sup>

Novos Decretos foram assinados conferindo à Caixa um verniz republicano, o que nem sempre implicou em benefícios para os seus servidores. Em todo caso, foi por meio deles que foi instituído o direito a férias, dando ao empregado 15 dias de férias anuais que poderiam também ser acumuladas e gozadas de dois em dois anos, durante 30 dias.<sup>22</sup>

A lei de férias no Brasil, originalmente previa a concessão de férias anuais de 15 dias apenas aos comerciários. Tramitando no Congresso, a lei aprovada (Decreto nº 4892 de 1925) acaba estendendo o direito de férias a todos os empregados de estabelecimentos comerciais, industriais, bancários e empresas jornalísticas.<sup>23</sup>

<sup>21</sup> BUENO, Eduardo. Op. cit., p. 286.

<sup>22</sup> Decreto nº 11.820, de 1915.

<sup>23</sup> Mas para que a lei fosse aplicada efetivamente, seria preciso que ela fosse regulamentada pelo Conselho Nacional de Trabalho – o órgão consultivo dos Poderes Públicos, composto por 12 membros, 12 operários, dois patrões, dois alto funcionários do Ministério da Agricultura e seis “pessoas de reconhecidas competência”, todos escolhidos pelo presidente da República. Por isso na hora da regulamentação da lei, os empresários lançam mão de todos os argumentos para impedir a efetivação da lei de férias. Argumentam por exemplo, que a lei de férias abandonará os trabalhadores ao ócio e ao vício, e que aos operários interessa não o repouso, mas o aumento do salário. O regulamento só seria aprovado em 1926. Nele os industriais são derrotados em algumas questões, as férias valem para todos os trabalhadores e não só para os comerciários, como defendiam. Ver: MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 39.

Além das férias os empregados conquistaram a partir de 1920 uma “Gratificação da Fome”, que bem revela a situação dos servidores da Caixa. O benefício foi aprovado<sup>24</sup> tendo em vista a baixa qualidade de vida dos funcionários. Porém, se até aquele período, poucos benefícios foram surgindo, na década de 1930 a categoria viu-se contemplada com um artigo nada estimulante: ficou estabelecido que seriam os próprios funcionários que pagariam a conta, caso os negócios não andassem bem. Se a Caixa tivesse déficit, estava autorizada a compensá-lo reduzindo os salários de todos os empregados. Se o balanço negativo persistisse, poderia demitir quantos economiários fossem necessário.

Salvo casos de dificuldades da instituição, os funcionários gozavam de uma forma primitiva e incompleta de instabilidade, mantendo o emprego enquanto bem servissem. De todo modo, só podiam ser exonerados pelo Conselho Administrativo depois de inquérito no qual tinham direito à defesa das acusações que lhes eram imputadas.

Se na década de 20 o prejuízo era rateado entre os empregados, atualmente não é diferente, porque quando as agências não atingem as metas estipuladas pelas diretorias, perdem-se funções, salários são diminuídos e ocorrem transferências involuntárias.

O sistema bancário nacional eliminou cerca de 40% dos postos de trabalho desde 1989. E o pior: com a privatização da rede bancária, a drástica diminuição do quadro de pessoal – resultado da adoção de processos de automação, de programas de produtividade e de terceirização de serviços – tende a se acentuar cada vez mais nos próximos anos. Estudo realizado pelo DIEESE do Rio de Janeiro revela que, além da diminuição do número de funcionários – de 812 mil, em janeiro de 1989, para 497 mil em dezembro de 1996 -, o setor também está passando por mudanças estruturais. A mão-de-obra bancária está cada vez mais

---

<sup>24</sup> Esta gratificação foi aprovada pelo Decreto nº 990, de janeiro de 1920. Outro episódio elucidativo da falta de recursos dos servidores ainda na década de 20, se dá quando começaram a surgir as canetas-tinteiro. As mesas das repartições exibiam as conceituadas penas Malat 12 e tinteiros com tinta azul. Como as penas eram indispensáveis para o desempenho das funções, mas seu preço era inacessível aos empregados, foi criado um auxílio semestral de dez mil-réis, depois aumentado para 15 mil-réis. O benefício ficou conhecido como “gratificação das penas” e equivalia ao salário mensal de funcionário de nível médio. O Museu da Caixa,



qualificada e alguns cargos, como os de escriturário e de chefias intermediárias, estão rapidamente sendo substituídos pelos serviços automatizados e terceirizados.<sup>25</sup>

Este ajuste estrutural pelo qual vem passando o sistema financeiro brasileiro decorre de vários motivos, dentre os quais destaca-se a globalização do sistema financeiro internacional, o acirramento da concorrência internacional e nacional, as mudanças institucionais, os planos econômicos – particularmente o Cruzado e o Real – e, não menos importante, a redução do patamar da inflação.

O processo de globalização da economia mundial tem como uma de suas principais características a internacionalização do sistema financeiro. Estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para existência de U\$30 trilhões girando no sistema financeiro internacional em busca de oportunidades de realização de novos lucros. As decisões são tomadas em tempos cada vez menores – e a informação é variável determinante.<sup>26</sup>

Os bancos são a ponta de lança desse processo, arquivando, catalogando e processando informações, de modo a identificar as possibilidades de investimento para seus clientes. Para tanto, é fundamental, não só o acesso à informação, como também a capacidades de interpretá-la, visando satisfazer a necessidade dos clientes. O bancário tradicional, que tinha como principal meio de trabalho a moeda, começa a ceder espaço para um novo profissional, que tem na informação sua principal ferramenta de trabalho.

Essa mudança, que ao longo da década de 90 era ainda incipiente, está atualmente presente no dia-a-dia de parcela significativa da categoria. Quando um cliente entra no banco querendo fazer um investimento, procura um consultor que lhe dê suporte para a tomada de decisões com relação ao melhor produto que se enquadra à sua realidade e que possibilite o maior retorno.

---

localizado em São Paulo, conta com um conjunto de penas Malat, principal instrumento de trabalho usado pelos escriturários da Caixa antes das máquinas de escrever.

<sup>25</sup> [www.diece.com.br](http://www.diece.com.br), acesso em 10/05/04.

Outra variável acionadora nesse processo de globalização do sistema é a tecnologia, que permite a multiplicação dos produtos oferecidos aos clientes, a racionalização do processo de trabalho e a rapidez na tomada de decisões. Muitas vezes, a tecnologia é o próprio produto que o banco vende. A concorrência dos bancos se concentra cada vez mais nas duas variáveis – informação e tecnologia -, que são a base para definir novos produtos a serem oferecidos aos clientes.

Características de um processo mundial, essas mudanças igualmente estão presentes no sistema financeiro brasileiro, que vem passando por alterações estruturais nos últimos anos, motivada não só pelo acirramento da concorrência no setor em todo o mundo, mas também pelo processo de ajuste da economia brasileira.

A segunda metade da década de 80 pode ser considerada peça chave no processo de reestruturação (organização interna) dos bancos brasileiros. A edição do Plano Cruzado - primeira experiência de ajuste da economia brasileira -, que derrubou a inflação mensal de índices próximo a 25% para cerca de 1% em apenas um mês, despertou nos bancos, principalmente as grandes instituições privadas, a necessidade de se prepararem para sobreviver num ambiente econômico sem inflação.

Somam-se a esse fato, dois anos mais tarde, duas alterações institucionais que aceleraram as mudanças nos bancos, provocando maior concorrência no mercado bancário brasileiro: a institucionalização da figura do banco múltiplo e o fim da exigência da carta patente para se abrir uma instituição financeira.

O impulso institucional à reorganização do setor aprofundou o ajuste para dentro, com os bancos diversificando seu campo de atuação com o objetivo de atender as múltiplas demandas de seus clientes. Provocou também um redimensionamento na atividade das instituições financeiras, com a intensificação do processo de terceirização e a diminuição

---

<sup>26</sup> Silva, Claudio R. M. "A globalização e o trabalho bancário." In: [www.bancariosbh.org.br](http://www.bancariosbh.org.br). Acesso em 10/06/2004.



continua dos postos de trabalho da categoria, principalmente a partir de janeiro de 1989. Desde então foram eliminados mais de 400 mil postos de trabalho, segundo dados do Ministério do Trabalho.

Captar, armazenar e interpretar informações, passam desde então, a fazer parte da realidade de trabalho do bancário. A propagação da informática nos bancos possibilitou a diferenciação dos clientes, permitindo a adoção de estratégias distintas de atendimento, seja personalizado (*home banking*), para clientes de média/alta renda, ou padronizado (máquinas de auto-atendimento nas agências), para aqueles de baixa renda.

Tratamento este que pode observado através das fotos abaixo, nas quais se percebe a diferenciação de ambientes em que um e outro grupo de clientes são atendidos, distinguindo a área comercial em crescimento e a área social.



As mudanças na gestão dos produtos e serviços, aliadas ao uso intensivo da informática, provocaram alterações no trabalho bancário, assim como na sua forma de administração. A eliminação da duplicação de tarefas, a simplificação de procedimentos internos e a reorganização funcional, privilegiando a flexibilização – de jornadas, remuneração e função, com ampliação das tarefas executadas pelos bancários -, são alguns dos processos em andamento.

O uso da informática permitiu um controle mais objetivo da mão-de-obra, eliminando chefias intermediárias e liberando a gerência da função de administrar rotina.<sup>27</sup> Às novas formas de controle de trabalho, mais objetivos (por exemplo, o número de autenticações realizadas por dia), se somou uma política de recursos humanos mais agressiva, que busca motivar o trabalhador para o objetivo da empresa, seja através do incentivo financeiro ou pela transferência a ele da gerência da rotina de seu dia-a-dia, agregando função e status ao posto de trabalho. Entre as estratégias mais utilizadas destaca-se a introdução de grupos de trabalho, que possibilita um maior controle individual (e coletivo), do funcionário.

Apesar da redução das chefias intermediárias, houve um aumento do percentual de bancários em cargo de gerência. Esse movimento comprova a afirmação de que o sistema financeiro vem privilegiando o atendimento mais qualificado e personalizado aos médios e grandes clientes. Ao mesmo tempo, impõe ao bancário a necessidade de um aprimoramento contínuo, na tentativa de acompanhar as mudanças no setor. Houve, inclusive, uma evolução do nível de escolaridade da categoria.

Por outro lado, é acentuada a diminuição do número de escriturários nos bancos. Nos últimos catorze anos, estima-se que a participação deles no contingente total de

---

<sup>27</sup> Este controle pode ser observado no sistema SIPON referido anteriormente.



bancários reduziu-se cerca de 60%, em consequência da intensificação do uso da informática, além da própria reorganização do trabalho bancário.<sup>28</sup>

Nas décadas de 70 e 80 do século XX, os escriturários se caracterizavam pela baixa idade e pelo pouco tempo de permanência no banco, quase sempre menos de cinco anos. Com a mudança da participação deles na categoria, alteraram-se também os indicadores de perfil da ocupação. O emprego nos bancos tem deixado, paulatinamente, de se caracterizar pela temporariedade – como se observa nas décadas de 70 e 80, principalmente nos bancos privados -, transformando-se em uma profissão. Em consequência, tem aumentado o tempo de permanência dos trabalhadores nas instituições.

Porém, segundo o depoimento do operador de computador aposentado da Caixa, Sr Vander do Amaral,

(...) Segundo as pessoas próximas eu fiquei igual a cachorro que caiu da mudança, sem rumo até me adaptar, porque eu gostava do que fazia. Demorou tanto tempo para eu adaptar ao meu serviço e quando eu consegui realmente dominar, chegou este transtorno, e eu tive que sair. Não foi um bom negócio não. Inclusive eu acho que é diferente desta questão que as pessoas falam que você tem uma profissão e profissão no sentido mais estrito da palavra é uma coisa que o indivíduo sabe fazer. Principalmente se a gente for analisar o nível superior. Por exemplo, um médico, advogado, administrador de empresas, e o bancário não têm essa coisa de profissão, quer dizer, saiu, acabou. Eu era empregado da Caixa, hoje não sou nada, quer dizer, o sentimento que a gente tem quando aposenta é este, eu não

---

<sup>28</sup> Dados do DIEESE, Febraban, setembro, 2003.

sou nada. Não sou médico, não sou advogado, a minha aposentadoria apesar de não constar em nada que ela foi forçada, que foi pressionada, eu na verdade, saí pressionado. Porque a pressão era geral, uma coisa maléfica para o empregado. É terrível porque é pressão que não acaba mais.<sup>29</sup>

Para o Sr Vander, apesar do empregado ter que se esforçar e acompanhar as mudanças pelas quais o mercado financeiro vem passando, depois de anos de dedicação corre-se o risco de ser levado a aceitar um PDV - Plano de Demissão Voluntária, e sair do banco sentindo-se um “não sou nada”.

Enquanto em 1979 pouco mais da metade, ou exatos 52% dos bancários estavam há menos de cinco anos no emprego, em menos de 20 anos depois esse percentual caiu para 25,43%. Já a participação dos funcionários com mais de 10 anos de banco, passou de 20% para 47%, no mesmo período.<sup>30</sup>

A idade média do bancário tem aumentado, isso vem ocorrendo não só em função do maior tempo de permanência do funcionário na instituição, mas também pelo fato de, atualmente, os bancos estarem dando preferência a contratação de funcionários com 3º grau ou em vias de completá-lo.

Segundo o Gerente de Mercado, Sérgio Henrique, a opção por funcionários com formação superior se deve ao fato de que.

(...) estes ao contrário dos outros empregados que não tiveram a oportunidade de cursarem uma faculdade, apresentarem um conhecimento elaborado, organizado cientificamente, metódico e trazem experiências acadêmicas, que aumentam e facilitam a

<sup>29</sup> Vander do Amaral Fontoura, entrevista concedida ao autor em 02/06/04.

<sup>30</sup> Idem.



apreensão de novos conhecimentos. Quando se trabalha com métodos logicamente há uma maior capacidade de entendimento e percepção das mudanças, inclusive as tecnológicas que falamos no início de nossa conversa.<sup>31</sup>

Ainda de acordo com Sérgio Henrique, a Caixa foi a primeira empresa estatal a instituir a universidade corporativa no Brasil, a qual foi viabilizada graças ao desenvolvimento tecnológico, intranet, internet. Ela foi criada com o propósito de promover conhecimento e desenvolvimento para o seu corpo funcional, não só voltado para as atividades profissionais, mas prioritariamente para adequar o seu corpo funcional para as novas atividades e os novos produtos da empresa, para o melhor exercício de funções que estão sendo criadas a cada dia.

Preocupar-se com a formação do quadro de funcionários seria louvável, se os empregados não tivessem que dispor de seu tempo livre para fazer os cursos que a empresa oferece. Sérgio Henrique acrescenta,

(...) cabe a nós empregados, podermos acessar a universidade corporativa de casa, ele não tem acesso somente no trabalho, mas vejo também que podemos evoluir abrindo espaço para que os empregados possam fazer cursos na universidade corporativa no horário de trabalho, pois nem todo mundo tem equipamento disponível em casa para acessar a universidade corporativa caixa, a empresa deve caminhar para isso, é um investimento pessoal e

---

<sup>31</sup> Sérgio Henrique Cançado de Andrade, entrevista concedida ao autor em 07/04/04.

também profissional que a organização estará fazendo, quando promove este tipo de treinamento dentro do horário de trabalho.<sup>32</sup>

Dessa forma, o empregado se qualifica e à medida que busca conhecimentos facilita o exercício do seu trabalho, proporcionando-lhe maior valorização profissional, influenciando diretamente na empregabilidade.

Diante desse quadro apresentado sobre as mudanças em andamento na categoria bancária, conclui-se que a reestruturação tem alterado substancialmente o perfil dos trabalhadores. Maior qualificação, maior poder de decisão, polivalência e iniciativa são algumas das características exigidas do bancário nos dias de hoje. O processo de ajuste nos bancos tem sido doloroso para os economiários. Demissão de trabalhadores, intensificação do processo de trabalho, flexibilização da jornada e do salário marcam essas mudanças. A perspectiva é que esse processo se intensifique nos próximos anos, exigindo o aprimoramento constante do bancário.

O movimento sindical, apesar de parecer meio acuado, pode ter um papel-chave nesse cenário, não só discutindo a questão do emprego – ponto estratégico nos dias de hoje -, mas também da formação profissional, da saúde do trabalhador, da sua remuneração. Discutir, enfim, a qualidade de vida do bancário.

---

<sup>32</sup> Idem.



## CAPÍTULO II

### **Automação: uma estratégia de competição bancária**



Se estendermos nosso olhar para as paisagens urbanas do Brasil da segunda metade da década de 90, vemos que o uso de mecanismos informáticos disseminou-se aceleradamente por toda a sociedade.

Os controles remotos de TV, vídeo e som ainda confundem e irritam muitas pessoas em suas horas de lazer. Depois, indo ao banco, elas são literalmente empurradas para o manejo de máquinas que substituíram a maior parte do trabalho dos antigos caixas e escriturários, e ali, perante comandos “amigáveis” – talvez ainda com o auxílio de algum jovem estagiário ou bancário temporário, que tem a tarefa de evitar que o cliente entre na fila

do caixa humano e aprenda a utilizar o caixa eletrônico -, os cidadãos se vêem obrigados a manipular teclas e comandos que lhes parecem estranhos e incompreensíveis. O que pode ser verificado através da fala da bancária temporária, Claudia Renata Duarte:

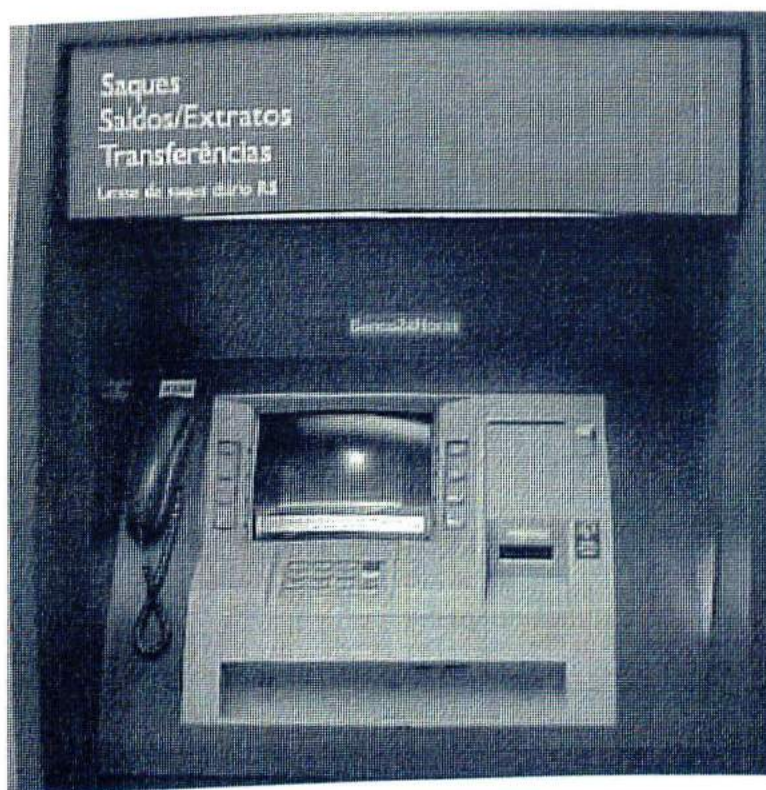
Os bancários temporários são treinados para evitar que os clientes entrem na agência, ou seja, abordamos as pessoas que entram na sala de auto atendimento e antes que ela ultrapasse a porta detectora de metal, questionamos qual a sua necessidade. Como grande parte de serviços já são feitos nos cash eletrônicos, aqueles que não têm resistência aos equipamentos tecnológicos ali mesmo resolvem seus negócios, diminuindo o fluxo interno.<sup>33</sup>

Os clientes quase sem perceber, foram aprendendo novas tarefas, à medida que experimentavam sensações de autonomia e alívio por não terem mais que enfrentar as longas filas diante de caixas humanas. O trabalho – anteriormente de caráter remunerado e realizado pelo funcionário do banco - passava a ser feito pelo cliente em conexão direta com o computador.

---

<sup>33</sup> Entrevista realizada com Claudia Renata Duarte, bancária temporária da Caixa Econômica Federal, Agência Uberlândia, no dia 08/04/04.





Apesar de muitas pessoas assimilarem os novos mecanismos do auto-atendimento, existe uma parcela da população que apresenta uma resistência e não abre mão do atendimento pessoal, mesmo que para isso tenha que ficar na fila por até uma hora ou mais.

Dona Tereza Emiliano, poupadora da Caixa Econômica Federal, é uma destas pessoas que se recusam a usar a sala de auto-atendimento, em parte pela falta de segurança, conforme seu depoimento:

Olha, meu filho, eu chego lá na Caixa, aquelas meninas vem correndo me atender, eu gosto delas. Elas são muito educadas, elas querem me ajudá, e qué que eu pego meu dinheiro ali naquela máquina. Mais, aí eu falo pra ela, minha filha eu não tenho cartão, o gerente até quis me dar, eu falei pra ele jogar fora, eu não quero. Eu gosto de ir lá no caixa porque é mais seguro. O João, ele foi sacar naquelas máquinas

aí veio um rapaz muito educado e pediu pra ajudá ele, ora que o João chegou aqui em casa ele viu que o cartão que tava com ele não era o cartão da conta dele. Aí ele voltou lá na Caixa e tava faltando dinheiro na conta. A falta de segurança é muito grande, as pessoas véias igual a gente, Célio, os bandido não respeita, eles fica esperando a gente.<sup>34</sup>

O caso do Sr João foi esclarecido e resolvido através das câmaras de filmagem instaladas na sala de auto-atendimento e em todo o prédio da agência. Em todo caso, serviu para deixar ainda mais insegura a Dona Tereza, que já tinha receio das novas tecnologias.

A Caixa Econômica Federal investiu e continua investindo no sistema de segurança tanto nas salas de auto-atendimento quanto na qualidade dos cartões, incluindo senhas e palavras chaves que mudam de posição no visor do cash. Porém a falta de divulgação deste novo processo levou muitos clientes a ficarem inseguros quanto a utilização dos terminais:

Como os clientes não foram avisados da necessidade da escolha de uma segunda senha, em forma de palavra chave, para operações de saque, quando eles chegam na sala de auto-atendimento para sacar dinheiro e aparece no visor do cash várias palavras, eles ficam com medo e se irritam pois não conseguem movimentar a própria conta.<sup>35</sup>

O passo seguinte – já implantado em menor escala – é fazer com que o cliente utilize os serviços do *home-banking*. Da residência ou do local de trabalho, por intermédio da Internet, podem-se realizar quase todas as operações bancárias.

---

<sup>34</sup> Entrevista realizada com Tereza Emiliano, poupadora da Caixa Econômica Federal, no dia 20/05/04.

<sup>35</sup> Claudia Renata Duarte, 08/04/04.



Embora a maioria da população brasileira não apresente renda suficiente para movimentação de contas correntes (talões de cheques, cartões de crédito) e analisando os custos de uma conta corrente os bancos têm criado contas de fácil movimentação (apenas com o cartão eletrônico) com custo reduzido e a conta Caderneta de Poupança que não apresenta nenhuma despesa para o cliente e ainda tem a vantagem de liberar a CPMF após três meses de depósito. Entretanto, o estranhamento experimentado por clientes confusos e enfurecidos, é um bom exemplo dos efeitos da velocidade alucinante com que as tecnologias informacionais e comunicacionais vêm se implantando nas sociedades, em todas as partes do planeta.<sup>36</sup>

Não vamos aqui fazer a história da informática ou mesmo dos computadores, mas levantar alguns aspectos que apontam a passagem dos anos 80 para os anos 90 do século passado, de uma época em que os funcionários bancários ainda usufruíam de certo “status”, para a era da automação bancária, na qual os economiários são apenas parte integrante da máquina administrativa. Um período em que se percebe uma relação humano-computador cada vez mais delicada, carregada de aspectos inovadores e inaugurando novos campos de preocupações e pesquisas.

Para Ricardo/Antunes:

(...) a classe trabalhadora hoje, (...) engloba também o conjunto dos trabalhadores improdutivos, novamente no sentido de Marx. Aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviços, seja para uso público, como os serviços públicos tradicionais, seja para uso capitalista. O trabalho improdutivo é aquele que não se constitui

---

<sup>36</sup> Aqueles que não alcançaram o status de clientes de banco não estão livres da revolução informática, pois ela se dissemina por todos os âmbitos da vida cotidiana.

como um elemento vivo no processo direto de valorização do capital e de criação de mais valia.<sup>37</sup>

Segundo o autor, há, nas fábricas, bancos etc., uma junção entre trabalho produtivo e improdutivo, manual e abstrato e/ou intelectual, trabalho vivo e trabalho morto, que passa a ser realizado por uma mesma pessoa, que a torna mais explorada, o que foi possibilitado pelo progresso técnico, sob o qual o trabalhador tem que se comportar como supervisor e regulador em relação ao processo de produção, superqualificando em umas poucas áreas, criando um número ínfimo de emprego, em contraposição à desqualificação e extinção de postos de trabalhos. Tais transformações trouxeram como consequência menor oferta de postos de trabalho e maiores exigências de qualificação, tanto por razões de ordem organizacionais como gerenciais. O componente tecnológico (reestruturação produtiva) e as mudanças na composição de capacitações exigiram que os trabalhadores se adequassem à nova ordem: maior produtividade, desempenho de várias funções e maior treinamento e qualificação, para conseguirem manter-se no emprego. Esse processo foi acelerado na década de 1990, principalmente no setor financeiro.

A direção do banco olha a qualidade em duas dimensões: (1) qualidade dos serviços prestados ao cliente e (2) o impacto que esta primeira idéia vai ter sobre a mão-de-obra do Banco: pessoal treinado e bem pago. É importante ouvir os funcionários para saber qual é a satisfação dele e do cliente, porque não há serviço de boa qualidade quando o próprio pessoal não está motivado e preparado para o que está fazendo. Isso é uma estratégia de organização. E a automação entra nisso como ferramenta.

---

<sup>37</sup> ANTUNES, Ricardo. 2001, p. 197



O banco estimula as iniciativas e sugestões dos trabalhadores, no que diz respeito às modificações operacionais. No entanto, a iniciativa do empregado se limita a informar sua “idéia” à gerência, que tem o poder de avaliar e implementá-la, caso a considere coerente. Não é permitida nenhuma reformulação nas atividades sem o consentimento da gerência.

Nas agências, a própria presença física do cliente e a rigidez dos tempos funcionam como fatores de disciplina e controle. Há ainda o medo de errar, pois em se tratando de valores monetários, o que faltar é pago pelo próprio funcionário. Este medo está muito presente no discurso dos funcionários entrevistados.

A auto-disciplina reduz a margem de erro e, conseqüentemente, também reduz o medo. Por isso, acomodar-se às regras do banco e reduzir o próprio stress parece ser a reação de defesa dos trabalhadores.

O novo modelo de organização do trabalho traz, naturalmente, efeitos sobre as condições de trabalho. No Brasil, ao longo dos anos 80, a redução do emprego em números absolutos, como conseqüência da automação bancária, apresentou-se contrabalançada pela expansão do sistema financeiro.

No entanto, o fantasma do desemprego tecnológico está presente no discurso dos entrevistados de uma forma dispersa, configurando mais um sentimento do que uma análise dos fatos: “a máquina causa muito desemprego e se ela vier a substituir o homem, o que vai ser da gente?”<sup>38</sup>

Esse medo do desemprego, que muitas vezes se verifica em ameaças concretas, no caso dos bancários, tem sido também um fator de estímulo a mobilizações e lutas. No que se refere aos digitadores e caixas, a ameaça de desemprego foi um impulsionador importante de suas mobilizações. As características dos problemas que enfrentam, as reivindicações decorrentes e inclusive as formas de pressão de que dispõem são, entretanto, desiguais em

---

<sup>38</sup> Daniel Arievlis, entrevista concedida ao autor em 23/05/2004

vários aspectos, em função das diferenças entre as atividades, que são exercidas nos distintos locais físicos.

Essa diversidade de vivências tem levado a que cada categoria de trabalhador tenha a sua própria organização para desenvolver as lutas específicas, que muitas vezes têm causas comuns e mesmo a atividade de uma reflete/provoca problemas para a outra.

Os problemas enfrentados, entretanto, são semelhantes. O caixa é o local onde os serviços e produtos do banco são movimentados. Nesse sentido, é através deles que o banco estabelece a relação direta com o cliente e é sobre eles que explodem as contradições da relação banco/cliente, sendo eles os depositários das insatisfações dos usuários.

Da mesma forma que entre os digitadores, o que está provocando um processo de mobilização entre os caixas é a ameaça de redução dos postos de trabalho provocada pela reorganização do trabalho que a automação está propiciando.

Há um processo de mudanças no cenário internacional e também no Brasil, principalmente no que concerne aos sistemas nacionais de relações de trabalho. Há quase trinta anos, diversos países capitalistas vêm conhecendo alterações nesses sistemas. Apesar deste longo período de mudança, continua-se acusando os sistemas nacionais de relações de trabalho de serem pouco flexíveis e responsáveis pelos problemas de emprego, como se a flexibilização e a precarização do trabalho que tendem a aumentar e cujo objetivo é viabilizar o lucro do empregador, fossem resolver o problema do desemprego.

O período de crescimento do pós-guerra, que vai de meados da década de 1950 ao final dos anos 70, representa quase duas décadas de crescimento sustentado. Ao longo destes anos, foram montados, no ocidente, sistemas de relações de trabalho mais democráticos, que permitiram maior controle dos trabalhadores sobre o uso de sua força de trabalho.

De meados dos anos 70 até hoje, a tendência vem sendo de desmonte progressivo daqueles sistemas. A principal característica de mudança é a transferência do controle do uso



do trabalho, do espaço público para o privado. No Brasil temos como exemplo a privatização de grandes companhias: Vale do Rio Doce, Setor de Telefonia, Parque Siderúrgico, bancos e outros mais, inclusive na área de energia.

No período de crescimento do pós-guerra, a principal característica do mundo do trabalho foi a geração de emprego, mas também a redução do poder das empresas de controlar o uso do trabalho, tendo se transferido esse controle para o espaço social. Esse deslocamento teve duas características. Em primeiro lugar, um maior domínio dos trabalhadores sobre as negociações coletivas, crescentemente setoriais e nacionais. Em segundo lugar, uma ampliação da ação do Estado, no sentido de coibir o uso depreciativo da força de trabalho por parte das empresas.

Trata-se de um processo que reduziu o caráter privativo das relações de trabalho, isto é, minimizou o espaço de construção destas relações no interior das empresas. Cada vez mais as relações de trabalho foram sendo determinadas no espaço social pelas negociações coletivas e pelo Estado.

A partir dos anos 70 do século XX, o espaço de regulação das relações de trabalho está se transferindo do social para o privado. De maneira crescente, vai se reconstruindo o poder das empresas sobre a determinação das relações de trabalho diretamente com seus trabalhadores, em várias situações com a presença dos sindicatos.

De maneira progressiva, verificamos que perdem importância os contratos e acordos coletivos nacionais por setor e ganham importância os acordos por empresa, que vão se moldando às necessidades de cada uma delas. Não são mais as empresas que se adaptam às características gerais do uso do trabalho. Ao contrário, os contratos e acordos de trabalho estão se moldando às características específicas de cada uma das empresas.

Essa é a tendência das relações de trabalho no cenário internacional. Na grande maioria dos países, amplia-se a importância dos contratos e acordos coletivos realizados nas

empresas. Observamos, entretanto, que o maior poder da empresa sobre os sindicatos e sobre o mercado de trabalho ocorre graças ao baixo crescimento econômico e em consequência ao aumento do desemprego.

Atualmente, o trabalhador que consegue manter o posto está ou sente-se, de maneira permanente, com o “revólver” do desemprego na cabeça. As empresas, face à ameaça constante do desemprego e ao grande contingente de desempregados, têm um poder imenso de pressão sobre os trabalhadores. E estes (os trabalhadores) pressionam também os sindicatos para que, cada vez mais, firmem acordos no âmbito das empresas, rompendo com o padrão de organização setorial e nacional que prevalecia anteriormente.

A novidade está em que os três elementos básicos de uma oferta de emprego – o que fazer, por quanto tempo e por qual valor -, são crescentemente determinados pela especificidade da relação construída junto à empresa. Não é à toa que nesses últimos anos venha se consolidando a idéia de trabalho polivalente. É uma adaptação no uso das funções do trabalho às determinações da empresa. O banco de horas é uma adaptação do uso da jornada de trabalho às necessidades específicas da empresa. E a participação nos lucros nada mais significa do que a remuneração ao padrão de cada uma das empresas. Essas mudanças aparecem mais recentemente nos países desenvolvidos - na Europa e nos Estados Unidos. No Japão, aparecem na primeira metade dos anos 80.

A cada novo momento de ampliação do desemprego, as empresas exigem uma nova flexibilização das relações de trabalho, no sentido de se reapropriarem do controle do uso do trabalho em detrimento da esfera pública, dos sindicatos, da política do Estado.

A concorrência imposta pelo sistema capitalista obriga as instituições financeiras a se readequarem às novas exigências do mundo globalizado, através da tecnologia, na disponibilidade de novos produtos e também a reduzirem a quantidade de empregados, fazendo surgir novas situações no mundo do trabalho: contratos temporários, terceirização,



grande rotatividade no quadro de recursos humanos, não existindo mais a preocupação por parte do empregador de formar o profissional.

A utilização da micro-eletrônica é um bom exemplo dessa transformação, criando um novo formato na relação capital x trabalho. A automação tem contribuído significativamente para a redução dos postos de trabalho, gerando conseqüentemente o desemprego estrutural bem como sub-empregos, mediante contratos temporários e precarizados.

Os depoimentos dos gerentes da empresa atestam que durante a década de 1990 não houve demissão na CEF, todavia, os planos de demissão voluntária, aliados à intensificação do ritmo de trabalho dos economiários; o achatamento salarial e os problemas de saúde ocupacional ocasionaram um abandono dos postos de trabalho pelos trabalhadores da Caixa. Esta afirmação se sustenta por dados que indicam que em 1989 a Caixa contava com mais de 65 mil empregados e em 1999 apenas 44 mil. Depreende-se pois que objetivamente não houve demissão sumária, mas os planos de demissão voluntária (PDV)<sup>39</sup>, as aposentadorias e a reduzida contratação de novos empregados fizeram com que em apenas dez anos houvesse essa redução no quadro permanente de empregados e a quantidade absurda de trabalhadores terceirizados e também de estagiários que em virtude do pouco tempo de contrato com a empresa e também a falta de treinamento não prestam um serviço de qualidade que deveria ser oferecida ao cliente. Conforme relato abaixo, podemos verificar a afirmação sob outro ponto de vista:

O bancário temporário resolve o problema da falta de empregados?

R- Não, e não é por culpa do bancário temporário não, é que simplesmente não treinamos, não capacitamos o colega para desempenhar tal função, simplesmente jogamos ele na “cova do leão”, o estagiário chega e colocamos ele para entregar a senha, o cliente

<sup>39</sup> PDV – Plano de Demissão Voluntária, plano oferecido pela empresa como incentivo ao pedido de demissão, contendo certas vantagens com diferenças substanciais em relação ao tempo de serviço do empregado.

vem e pergunta a este estagiário onde resolver tal assunto, ele não sabe, o cliente irrita-se com o estagiário, porém, a culpa é de quem? Não estamos colaborando com o futuro deste profissional, às vezes o que ocorre é do estagiário nunca mais querer trabalhar em instituições financeiras. Toma raiva e medo, tudo ao mesmo tempo. O que deveria ser uma boa experiência, tanto para o estagiário como para a empresa transforma-se num pesadelo.<sup>40</sup>

Esse novo padrão de comportamento introduzido pela informática (tecnologia) no mundo do trabalho, transformou a vida do trabalhador obrigando-o a encontrar novas formas de compreensão do trabalho, ou seja, uma atualização constante que possibilita atender as necessidades e exigências que se renovam diariamente, deste modo ele consegue permanecer empregado e empregável.

---

<sup>40</sup> José Edson Pereira soares, entrevista concedida ao autor em 21/05/2004



## Considerações finais



No decorrer deste trabalho, concentramos os nossos esforços em tentar apreender as mudanças geradas pelo processo de reestruturação, devido principalmente ao ingresso da tecnologia computadorizada no setor financeiro, principalmente na Caixa Econômica Federal, no período entre 1989 e 1999, período este em que se processou as mudanças na empresa. Este período foi marcado pelo acirramento da ascensão e consolidação do capital especulativo, privatizando empresas lucrativas e saneando aquelas que não se encaixavam nas exigências do investidor para uma posterior privatização. A Caixa Econômica Federal, instituição centenária, conquistou o seu espaço no setor financeiro nacional, transformando se em referência tanto na captação de recursos (caderneta de poupança) como na concessão de crédito para habitação e infra estrutura. Assim sendo, podemos constatar que todas as mudanças ocorridas na CEF foram fruto de um processo de reestruturação ocorrido no mundo capitalista e também se vinculam a uma tendência por parte do governo que optou pela privatização, principalmente no setor financeiro. Portanto a nossa pesquisa procurou verificar de forma empírica, os impactos advindos da ação da empresa dentro deste contexto de transformações, referindo-se principalmente às relações humanas, enquanto trabalhadores.

Analisando a ofensiva do capital sobre o mundo do trabalho, conseqüentemente sobre o trabalhador e considerando os problemas conjunturais brasileiro, o nosso estudo vincula estas mudanças a uma lógica de modernização global, que seguem regras claras ditadas pelo Fundo Monetário Internacional, cuja preocupação maior é com o capital,

esquecendo o lado social. Dentro deste contexto, o nosso objetivo foi mostrar que também na Caixa Econômica Federal, os impactos do processo de reestruturação foram também destrutivos para o mercado de trabalho, precarizando as formas regulamentadas de compra e venda da força de trabalho.

O nosso estudo, diante desta perspectiva nos levou a constatar que os impactos negativos advindos do processo de reestruturação nas relações trabalhistas dentro da CEF, podem ser verificados através da demonstração de que os lucros originados deste processo se deveu principalmente a uma redução significativa do número de empregados e também da precarização na contratação do trabalhador terceirizado, aumento da intensidade do trabalho devido ao desempenho de várias funções dentro do mesmo setor de trabalho (polivalência); alteração nas características e requisitos de capacitação para preenchimento das funções de confiança, imposição de metas impossíveis de serem cumpridas, gerando insegurança e ansiedade dos trabalhadores.

O crescimento real do portfólio de produtos e serviços oferecido pela CEF juntamente com a inauguração de diversas agências e postos de serviços, foi acompanhado de significativo aumento na participação do mercado financeiro nacional. Em contrapartida aconteceu justamente o contrário no quadro de empregados permanente, aumentando a contratação de estagiários, bancários temporários e prestadores de serviços terceirizados, ou seja, a precarização da força de trabalho. A pesquisa permitiu demonstrar que mesmo a CEF sendo considerada braço forte do Governo nas políticas sociais, oferta de crédito, geração de empregos, os postos de trabalho gerados dentro da empresa, via terceirização ou contratos temporários (estagiários) não se deram na mesma proporção que os postos de trabalhos destruídos, além de se darem em condições precárias.

O processo de implantação do programa de Qualidade Total, automatização e reestruturação do serviço bancário, vivido pela CEF, foi acompanhado pela intensificação do



processo de trabalho, quando passou a exigir aumento da jornada de trabalho e o desempenho de múltiplas funções.

A estratégia da Caixa Econômica Federal, diante do acirramento da concorrência e da política de privatização implementada pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso, se voltou basicamente para a satisfação do cliente como para atender a exigência da política monetária. Assim verificamos que a busca de envolvimento dos trabalhadores com a lógica do capital, exigiu que a empresa fortalecesse uma cultura de comprometimento no cumprimento da missão, da parte dos trabalhadores. Porém, é importante lembrar que as mudanças na legislação que procura beneficiar o capital está intimamente ligada a um processo de insegurança do trabalhador frente ao desemprego estrutural e a exclusão social, permitindo que a empresa congelasse o salário dos seus empregados durante todo o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Finalmente, diante destas colocações vale ressaltar que a insegurança e a incerteza dos trabalhadores, no que se refere a manutenção do emprego, perspectivas de melhores ganhos, progresso profissional e pessoal, tem levado a maioria dos empregados a se sujeitar ao projeto adotado pela instituição. De um modo geral a recomposição da hegemonia capitalista vem acompanhada de uma ofensiva do capital sobre o mundo do trabalho, através da implantação de um modelo neoliberal, reestruturação produtiva resultante de inovações tecnológicas, o uso da micro eletrônica criou a base técnica para o desenvolvimento de novos padrões de produção, resultando negativamente no mercado de trabalho, contribuindo para o crescimento do desemprego e das desigualdades sociais.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### I. FONTES:

#### I.1 – Entrevistas:

Sérgio Henrique Cançado de Andrade, Gerente de Mercado da Caixa Econômica Federal, Escritório de Negócios do Triângulo Mineiro, 07 de abril de 2004.

Tereza Emiliano, cliente aposentada, correntista da Caixa Econômica Federal, 20 de maio de 2004.

José Edson Pereira Soares, técnico de fomento (setor de habitação) da Caixa Econômica Federal, Agência Uberlândia, 21 de maio de 2004.

Vander do Amaral Fontoura, operador de computador aposentado da Caixa Econômica Federal, Escritório de Negócios do Triângulo Mineiro, 02 de junho de 2004.

Claudia Renata Duarte, bancária temporária da Caixa Econômica Federal, Agência Uberlândia, 08 de abril de 2004.

Daniel Ariévlis, atendente (PIS e FGTS) da Caixa Econômica Federal, Agência Uberlândia, 23 de maio de 2004.

#### I.2 - Documentos Oficiais:

Decreto nº 11.820, de 1915.

Decreto nº 990, de janeiro de 1920.

#### I.3 - Periódicos:

Jornal da Caixa, Brasília, 1976, nº 19, ano 2, p.2.

Revistas FENAE Agora:



Edição 20, Ano 3, nº1 – fevereiro de 2000;

Edição 23, Ano 3, nº 4 – setembro de 2000;

Edição 24, Ano 3, nº 5 – novembro de 2000;

Edição 26, Ano 4, nº 2 – maio de 2001;

Edição 25, Ano 4, nº 1 – fevereiro de 2001;

Edição 27, Ano 4, nº 3 – setembro de 2001;

Edição 28, Ano 4, nº 4 – dezembro de 2001;

Edição 29, Ano 5, nº 1 – fevereiro de 2002;

Edição 30, Ano 5, nº 2 – junho de 2002;

Edição 31, Ano 5 – setembro de 2002;

Edição 32, Ano 5, nº 5 – dezembro de 2002;

Edição 33, Ano 6 – junho/julho de 2003;

Edição 35, Ano 6 – outubro de 2003;

Edição 36, Ano 6 – janeiro/fevereiro de 2004;

Edição 37, Ano 7 – março/abril de 2004;

Edição 38, Ano 7 – maio/junho de 2004.

Revista Movimento – APCEF/MG (Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal de Minas Gerais):

Edição 2, fevereiro de 2003;

Edição 3, abril de 2003;

Edição 4, junho de 2003;

Edição 5, agosto de 2003;

Edição 6, outubro de 2003;

Edição 8, fevereiro de 2004;

Edição 9, abril de 2004.

## II – LIVROS E ARTIGOS:

- AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. - 5 ed. – São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*. - 3ª ed. – São Paulo: Boitempo, 1997.
- BUENO, Eduardo. *Caixa: uma história brasileira*. Porto Alegre: Buenas Idéias, São Paulo: Metalivros, 2002, p. 284.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. Trad.: Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- KURZ, Robert. *Os últimos combates*. - 4ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Trad.: Karen Elsabe Barbosa Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LUZIO, Nildo Wilson. *História de uma instituição brasileira: a Caixa Econômica Federal*. Acesso: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br).
- MARTINS, Paulo. *Caixa Econômica: comentários*. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & Cia, 1926.
- OLIVEIRA, João Gualberto de. *Caixas Econômicas: economia e história*. São Paulo: Memória, 1954.



- PORTELLI, Alessandro. "A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais." In: *Tempo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, vol. I, nº2, Dezembro, 1996, p. 59-72.
- \_\_\_\_\_. "Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética e história oral." In: *Projeto História*, nº 15, São Paulo: Educ, abr. 1997, p. 13-33.
- REGO, Ariovisto de Almeida. *Resumo histórico da Caixa Econômica e Monte de Socorro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.
- SALAMA, Pierre. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. Trad.: Emir Sader. São Paulo: Boitempo, 1999.
- SILVA, De Plácido. *As Caixas Econômicas Federais*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1937.
- SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Destruição não criadora: memórias de um mandato popular contra a desemprego e a globalização subordinada*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- THOMSON, Alistair. "Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias." In: *Projeto História*, nº 15. São Paulo: Educ, abr. 1997, p. 51-84;
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.